

QUESTÕES DE PERÍCIA CONTÁBIL DO ENADE 2018 E 2022

(Questão 12, ENADE 2022) - Perícia Contábil

A perícia contábil é o conjunto de procedimentos técnico-científicos destinados a levar à instância decisória elementos de prova necessários a subsidiar à justa solução do litígio ou constatação de fato, mediante laudo pericial contábil e/ou parecer pericial contábil, em conformidade com as normas jurídicas e profissionais pertinentes com a legislação específica. Norma Brasileira de Contabilidade NBC TP 01 (R1) – Norma Técnica de Perícia Contábil. Disponível em: <https://cfc.org.br>. Acesso em: 21 jul. 2022.

Considerando as regras e procedimentos técnicos que devem ser observados pelo perito contábil, avalie as afirmações a seguir.

- I. O laudo pericial contábil e o parecer pericial contábil têm por limite os próprios objetivos da perícia deferida ou contratada.
- II. A perícia judicial é aquela exercida sob a tutela do Conselho Federal de Contabilidade; enquanto a perícia extrajudicial é aquela exercida no âmbito arbitral, estatal ou voluntária.
- III. Os procedimentos de perícia contábil visam fundamentar as conclusões que serão levadas ao laudo pericial contábil ou parecer pericial contábil, e abrangem, total ou parcialmente: exame, vistoria, indagação, investigação, arbitramento, mensuração, avaliação e certificação.
- IV. O perito-contador, enquanto estiver de posse do processo ou de documentos, deve zelar pela sua guarda e segurança, e para a execução da perícia contábil, deve ater-se ao prazo de 90 dias para a execução dos objetivos da perícia realizada.
- V. A perícia contábil, tanto a judicial como a extrajudicial, é de competência exclusiva de contador registrado em Conselho Regional de Contabilidade.

É correto apenas o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, II e IV.
- C) I, III e V.
- D) II, IV e V.
- E) III, IV e V.

(Questão 15, ENADE 2018) - Perícia Contábil

Um empregado que trabalhou em uma empresa no período de 01/06/2014 a 30/11/2014 foi demitido. Ele moveu uma ação em processo trabalhista contra essa empresa, pois no cálculo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e do INSS, ela não havia recolhido os encargos sociais incidentes sobre as gratificações recebidas. No processo, o ex-empregado da empresa apresentou os dados constantes da tabela a seguir.

Competência	Valor líquido no contracheque	Valor creditado em conta corrente
junho/2014	R\$ 3 250,60	R\$ 5 250,60
julho/2014	R\$ 3 450,35	R\$ 5 450,35
agosto/2014	R\$ 3 319,85	R\$ 5 319,85
setembro/2014	R\$ 3 056,60	R\$ 5 056,60
outubro/2014	R\$ 3 256,15	R\$ 5 256,15
novembro/2014	R\$ 3 301,56	R\$ 5 301,56

Apresentou, ainda, um e-mail enviado por um dos sócios da empresa, informando que ele receberia o montante de R\$ 2.000,00 mensais a título de gratificação por função. O juiz responsável pelo julgamento do processo designou um perito para análise da situação.

Considerando esses dados, bem como alíquotas de 8% de FGTS e de 25,5% de INSS e desconsiderando possíveis correções monetárias, assinale a opção correta.

- A) O perito deverá solicitar à empresa as folhas de pagamento e o termo de rescisão desse empregado para verificar o reflexo das alíquotas do FGTS e do INSS não recolhidas sobre os proventos recebidos, incluindo nesse cálculo as verbas proporcionais e indenizatórias.
- B) O total do FGTS devido ao empregado a título de gratificação por função, sem que se considerem os respectivos reflexos, é de R\$ 860,00, e o valor em aberto a título de INSS é de R\$ 3.060,00.
- C) O perito deverá informar, no laudo judicial, que o valor da gratificação não influenciará o cálculo de horas extras, caso tenham ocorrido em alguma competência.
- D) O valor de 40% referente à multa rescisória não será levado em consideração no valor a ser recolhido do FGTS sobre as diferenças apuradas.
- E) O ex-empregado terá direito a um valor adicional de R\$ 166,67 mensais a título de férias proporcionais ao tempo de serviço.